

**LEI Nº 1.601-02/2014**

**ESTABELECE NORMAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARES NA ÁREA RURAL E URBANA, COM EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS DO MUNICÍPIO e dá outras providências.**

**IRINEU HORST, Prefeito Municipal de Colinas, RS**, no uso de suas atribuições e de conformidade com a legislação vigente, faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - A prestação dos serviços a particulares, na área rural e urbana, com equipamentos rodoviários do Município, obedecerá às seguintes normas:

**I** - Serão executados somente quando o equipamento estiver sem ocupação nos serviços públicos;

**II** - O Prefeito Municipal poderá determinar, excepcionalmente, o atendimento de solicitações particulares, desde que existam justificados motivos.

**Parágrafo Único** - Os interessados deverão solicitar previamente a execução dos serviços de máquinas na Secretaria Municipal de Obras, especificando os mesmos.

**Art. 2º** - O número de horas/máquina, efetivamente trabalhadas, ou quilômetros rodados, bem como o número de cargas transportadas, serão informados pelo operador, ou pelo servidor designado, em formulário próprio, contendo também a assinatura de concordância do contribuinte beneficiado.

**Art. 3º** - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção do pagamento, para serviços prestados a particulares, conforme segue abaixo:

**I** - Horas/máquina/ano no exercício, não cumulativo.

**a** - até 3 (três) horas/máquina/ano - 85% de isenção do valor da hora;

**b** - acima de 3 (três) horas/máquina/ano - 50% de isenção do valor da hora;

**II** - Cargas de saibro/terra/cascalho/pedra britada/ano no exercício, não cumulativo.

**a** - até 3 (três) cargas de saibro/terra/cascalho/pedra britada/ano - 85% de isenção do valor do transporte;

**b** - acima de 3 (três) cargas de saibro/terra/cascalho/pedra britada/ano - 50% de isenção do valor do transporte;

**Art. 4º** - O pagamento, por parte do usuário, pelo serviço prestado, deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após o lançamento dos valores devidos, diretamente na Tesouraria do Município.

**Parágrafo Único** - Após o decurso do prazo previsto no caput, haverá incidência dos encargos legais previstos no Código Tributário Municipal.

**Art. 5º** - Os valores a serem cobrados pelos serviços prestados pelo Município serão fixados em Lei própria.

**Art.6º** - As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por dotações dos orçamentos anuais.

**Art.7º** - Esta Lei será regulamentada por Decreto no que couber.

**Art. 8º** - Revoga-se expressamente a Lei nº 1.532-01/2013 e esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2015.

**GABINETE DO PREFEITO**, 29 de dezembro de 2014.

**IRINEU HORST**  
Prefeito Municipal

Registre-se,  
Publique-se

**Vinícius A. Kappler**  
Auxiliar Administrativo